



RELATÓRIOS ANUAIS DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU RELATIVOS A 2019

João Figueiredo, Membro do TCE
Dezembro de 2020



Apresentação dos Relatórios Anuais relativos a 2019

1 Relatório relativo ao desempenho do orçamento da UE

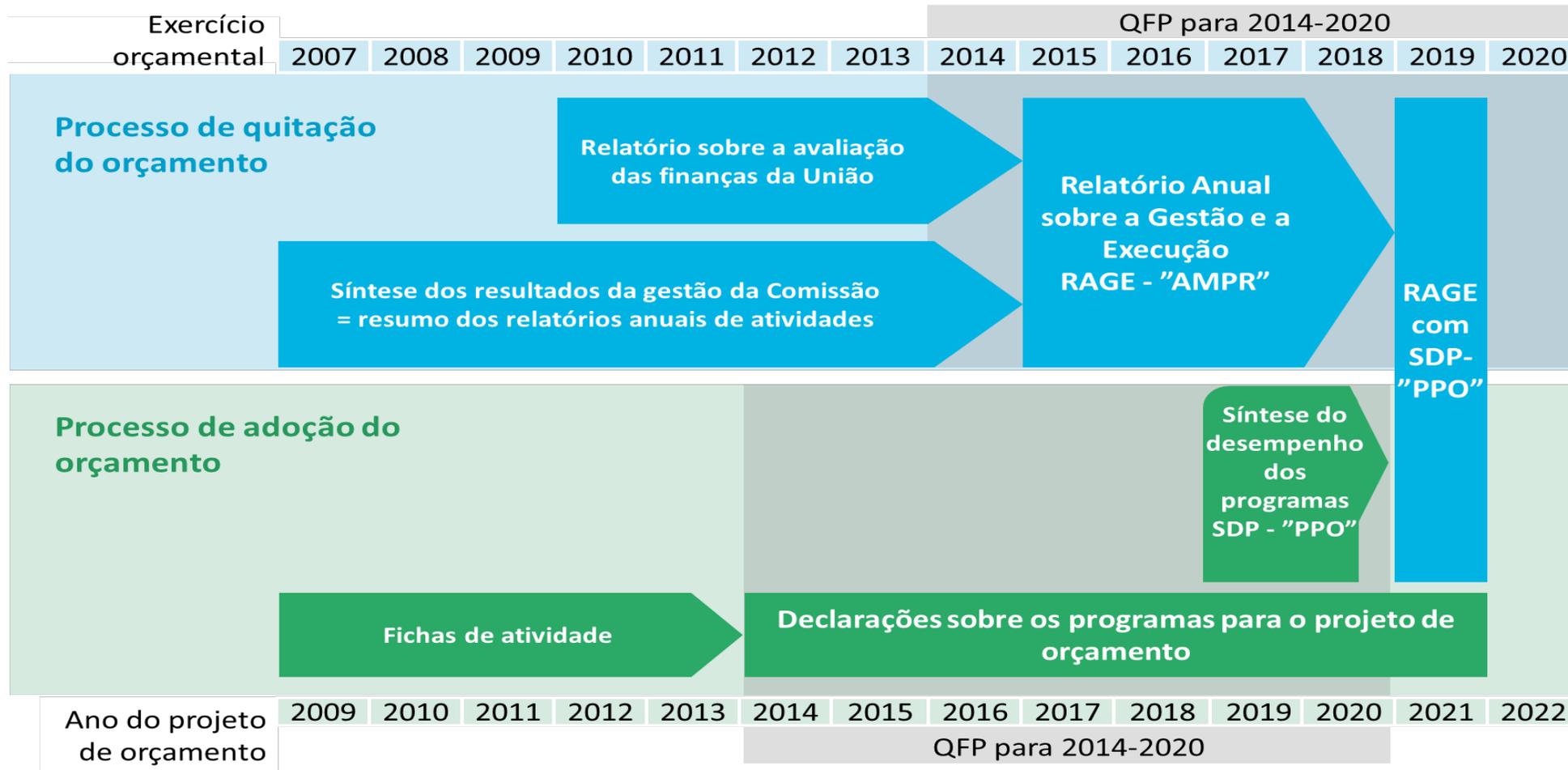
2 Relatório sobre a execução do orçamento da UE



1 Relatório Anual Relativo ao Desempenho do Orçamento da UE

- Evolução da comunicação relativa ao desempenho
- Necessidade de um relatório separado do TCE
- Principais conclusões e recomendações

Evolução da comunicação relativa ao desempenho (Comissão)



Evolução da comunicação relativa ao desempenho (TC Europeu)

- ➔ A comunicação do TCE relativa ao desempenho do orçamento da UE fazia-se (e continua a fazer-se) sobretudo através dos seus relatórios especiais que abordam temas específicos da política da UE e não são recorrentes.
- ➔ De 2010 a 2018, o desempenho era objeto de um capítulo do relatório anual (“Orçamento da EU: Obter resultados”).
- ➔ O novo relatório relativo ao desempenho apoia-se nos relatórios especiais do TCE.



Necessidade de um relatório separado relativo ao desempenho do orçamento da UE (Tribunal de Contas Europeu)

Porquê?

O artigo 258 (2) do Regulamento Financeiro exige ao TCE que inclua no seu relatório anual uma avaliação da boa gestão financeira, ou seja, do desempenho do orçamento da UE.

Apelo do Parlamento Europeu e do Conselho

O novo relatório vem no seguimento de um apelo do Parlamento Europeu e do Conselho no sentido de reforçar a informação do TCE relativa ao desempenho das políticas europeias.



Principais conclusões

Os relatórios de alto nível da Comissão relativos ao desempenho dos programas de despesas da União europeia continuam a melhorar. A Síntese do desempenho dos programas (SDP - “PPO”) tornou-se um anexo do Relatório anual sobre a gestão e a execução (RAGE - “AMPR”), assegurando uma maior coerência aos relatórios de desempenho orçamental da UE.

A Comissão produz os seus relatórios de desempenho com base em procedimentos adequados.

A Comissão não controla nem garante plenamente a fiabilidade da informação comunicada pelos EM, mas toma medidas em áreas políticas específicas para mitigar os riscos.

A qualidade de alguns indicadores de desempenho continua a ser um desafio, apesar dos progressos recentes.

As declarações do programa e a SDP - “ PPO” incluem agora secções dedicadas à avaliação do desempenho dos programas.

Os relatórios de desempenho de alto nível da Comissão cobrem diferentes conjuntos de objetivos de forma mais clara. Estes relatórios centram-se sobretudo na eficácia, enquanto a eficiência e a economia são cobertas em menor medida. Não abrangem o impacto em fatores externos.

Recomendações



A Comissão deverá incluir nos seus relatórios de desempenho:

- a) Mais análise da eficiência e economia dos programas quando a informação estiver disponível;
- b) Uma análise mais sistemática dos fatores externos significativos que afetam o desempenho dos programas;
- c) Avaliações claras, para todos os indicadores de desempenho relatados, sobre se estão no bom caminho para atingir os seus objetivos;
- d) Avaliações claras e equilibradas do desempenho, abrangendo todos os objetivos do programa com o detalhe apropriado.

Prazo: 2023 e RAGE 2021



Continuar a informar sobre o desempenho dos programas da UE para além do quadro financeiro atual desde que os montantes de pagamentos forem substanciais.

Prazo: 2022 & RAGE 2020



Melhorar a fiabilidade da informação sobre o desempenho apresentada nas declarações do programa e no RAGE, e indicar sistematicamente os problemas identificados.

Prazo: 2023 e RAGE 2021



Explicar nas declarações do programa como foram estabelecidos objetivos para os indicadores e de onde proveem os dados subjacentes.

Prazo: 2021

Desempenhos sectoriais





Apresentação dos Relatórios Anuais relativos a 2019

1 Relatório relativo ao desempenho do orçamento da UE

2 Relatório sobre a execução do orçamento da UE

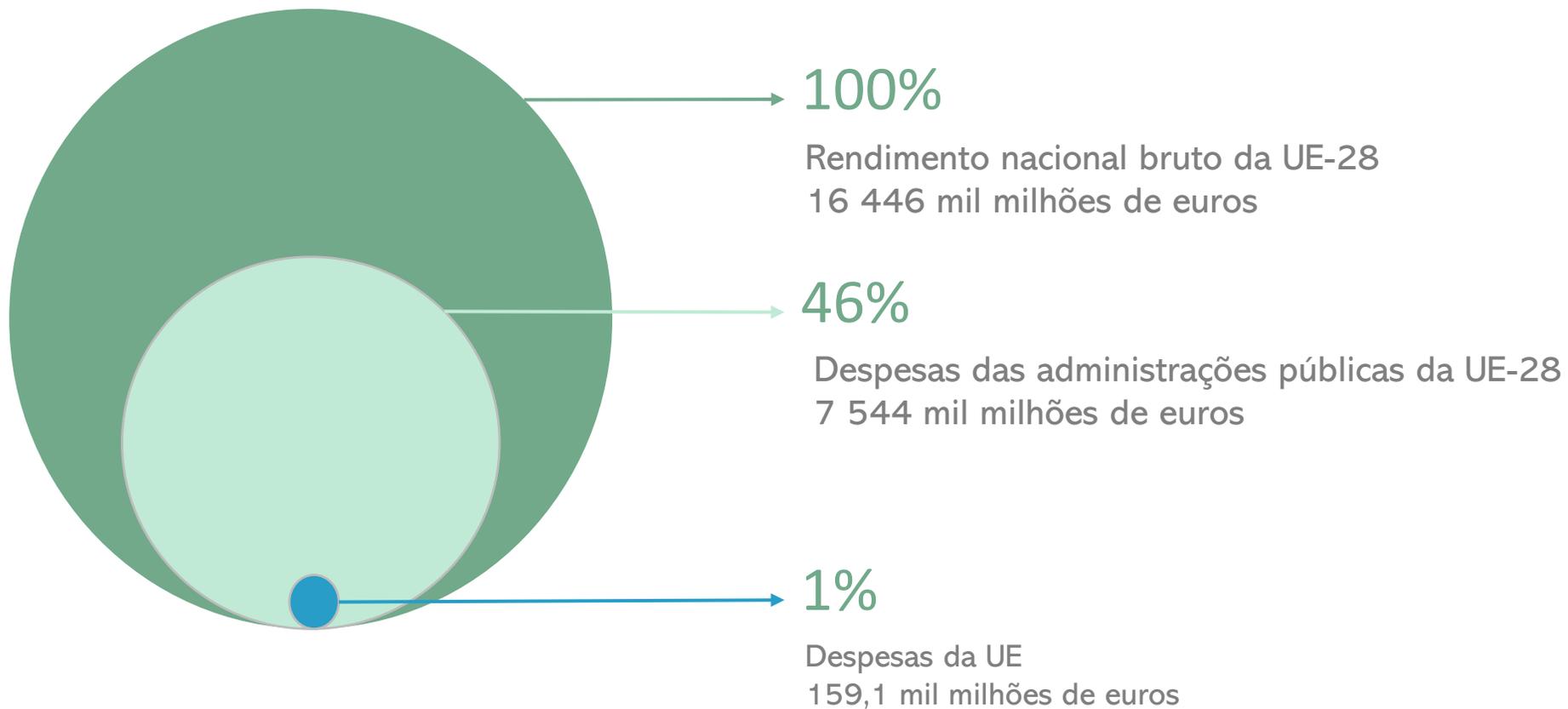


2 Relatório Sobre a Execução do Orçamento da UE

- Gestão orçamental e financeira
- Declaração de Fiabilidade (DAS)
- Principais conclusões

Gestão Orçamental e Financeira

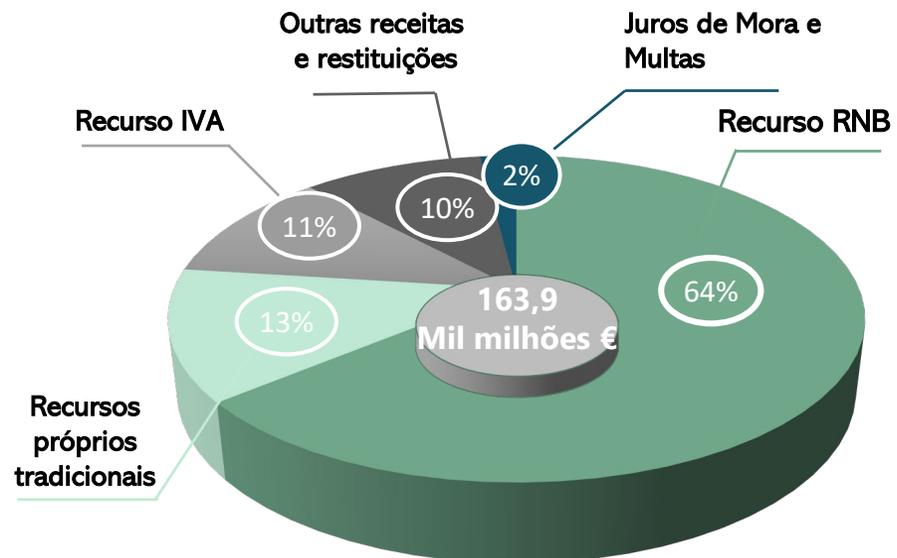
Despesas EU/Estados Membros/RNB-EU



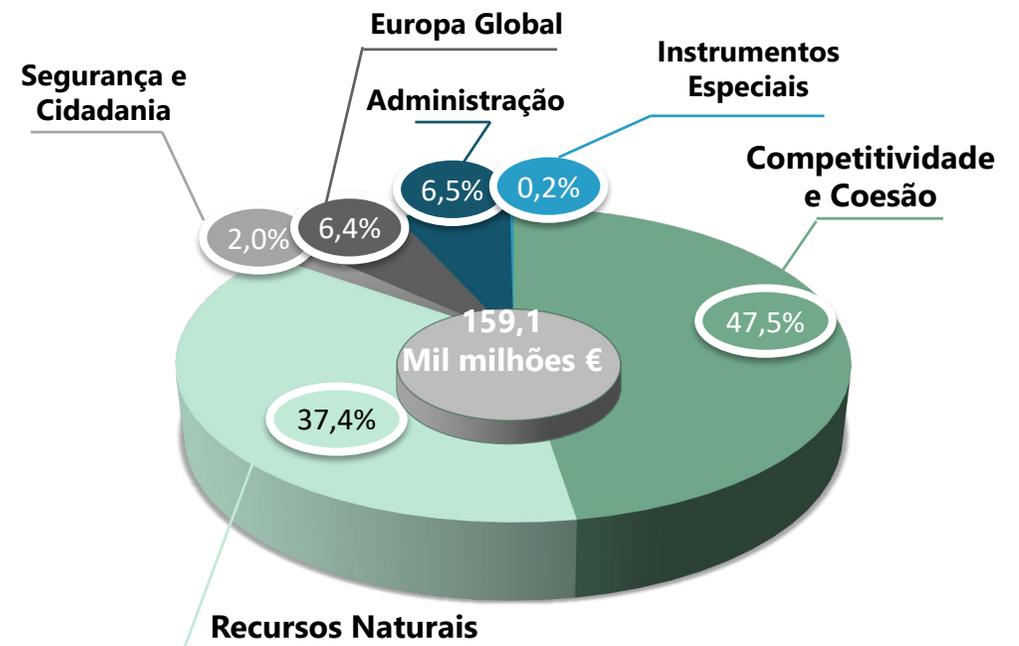
Gestão Orçamental e Financeira

- Orçamento da UE de 2019

Receitas



Despesas



Gestão Orçamental e Financeira

Execução do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-2020

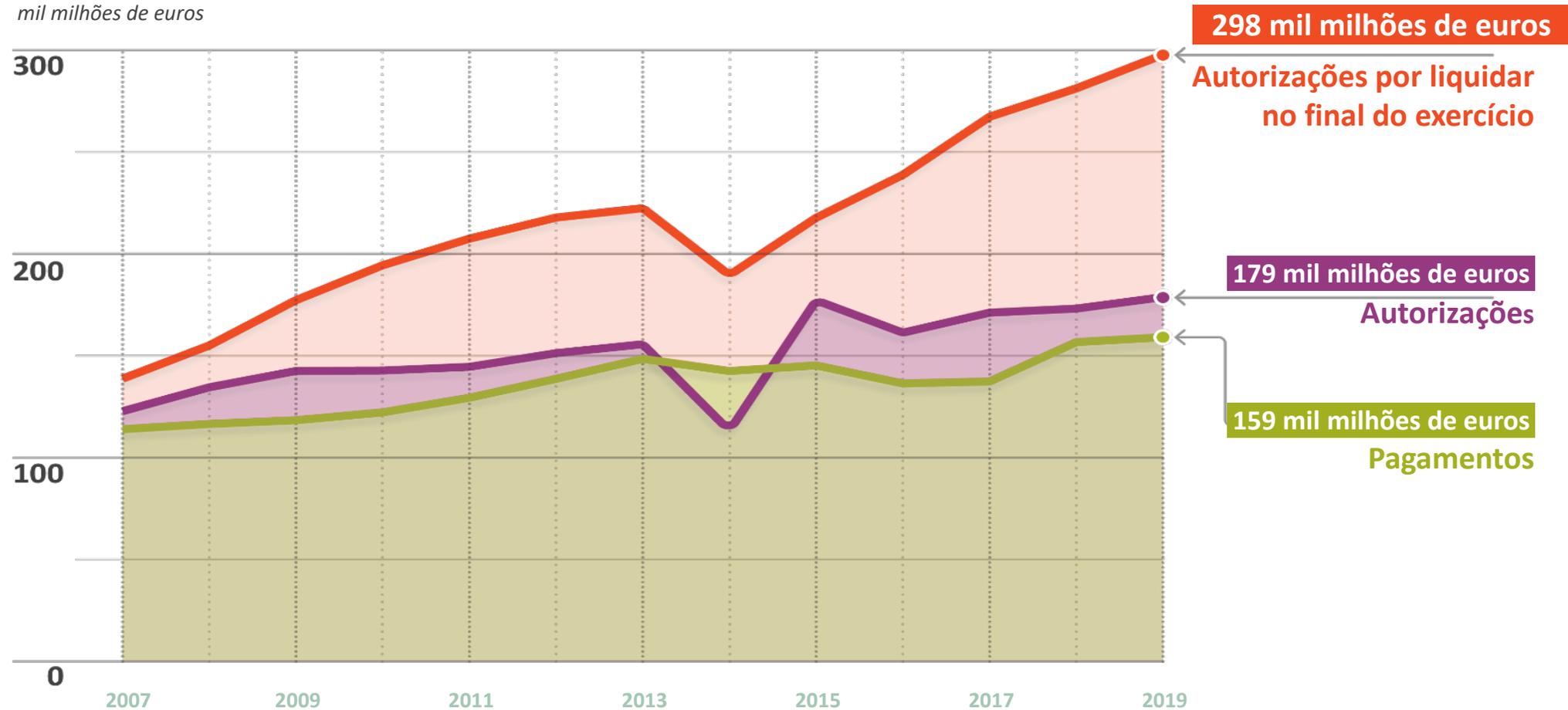
- Em 2019, os pagamentos relativos ao QFP 2014-2020 foram inferiores ao montante autorizado em 19 mil milhões de euros (11,5%).
- As autorizações por liquidar atingiram 298 mil milhões de euros no final de 2019, devido sobretudo aos atrasos na execução dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).
- Aumenta pois a pressão sobre o orçamento da UE dado o valor dos pagamentos autorizados para os anos futuros (previsões até finais de 2023).



Gestão Orçamental e Financeira

Autorizações por liquidar no período 2007-2019

mil milhões de euros



Gestão Orçamental e Financeira

Autorizações por liquidar no período 2007-2019

	1.1.2019	Pag./reg. RAL ant. (-)	RAL do ano (+)	31.12.2019	Acresc. %
1a Competitividade	37,0	14,1	17,4	40,3	9,7
1b Coesão	170,0	53,7	64,0	180,3	6,1
2 Recursos Naturais	40,0	15,3	16,2	40,9	2,3
3 Segurança e Cidadania	5,8	2,2	2,6	6,2	6,9
4 Europa Global	27,4	8,1	9,9	29,2	6,6
5 Administração	1,0	1,0	0,8	0,8	0,0
TOTAL	281,2	94,4	110,9	297,7	5,9

As nossas projeções indicam que os RAL serão ainda mais elevados nos finais de 2023.

Gestão Orçamental e Financeira

Execução do QFP 2014-2020 nos FEEI

- Pagamentos dos FEEI aumentaram de forma significativa em 2019, o ano do atual quadro com a execução mais elevada.
- Comparando com o ano homologo do QFP anterior, no final de 2019 os pagamentos corresponderam a 2,7 anos de dotações de autorização, o que representa um aumento em relação aos 2,3 anos registados em 2012.
- Ao mesmo tempo, a absorção nos FEEI manteve-se inferior ao previsto, o que contribuiu para o aumento das autorizações por liquidar nestes fundos, que atingiram 211 mil milhões de euros no final de 2019.

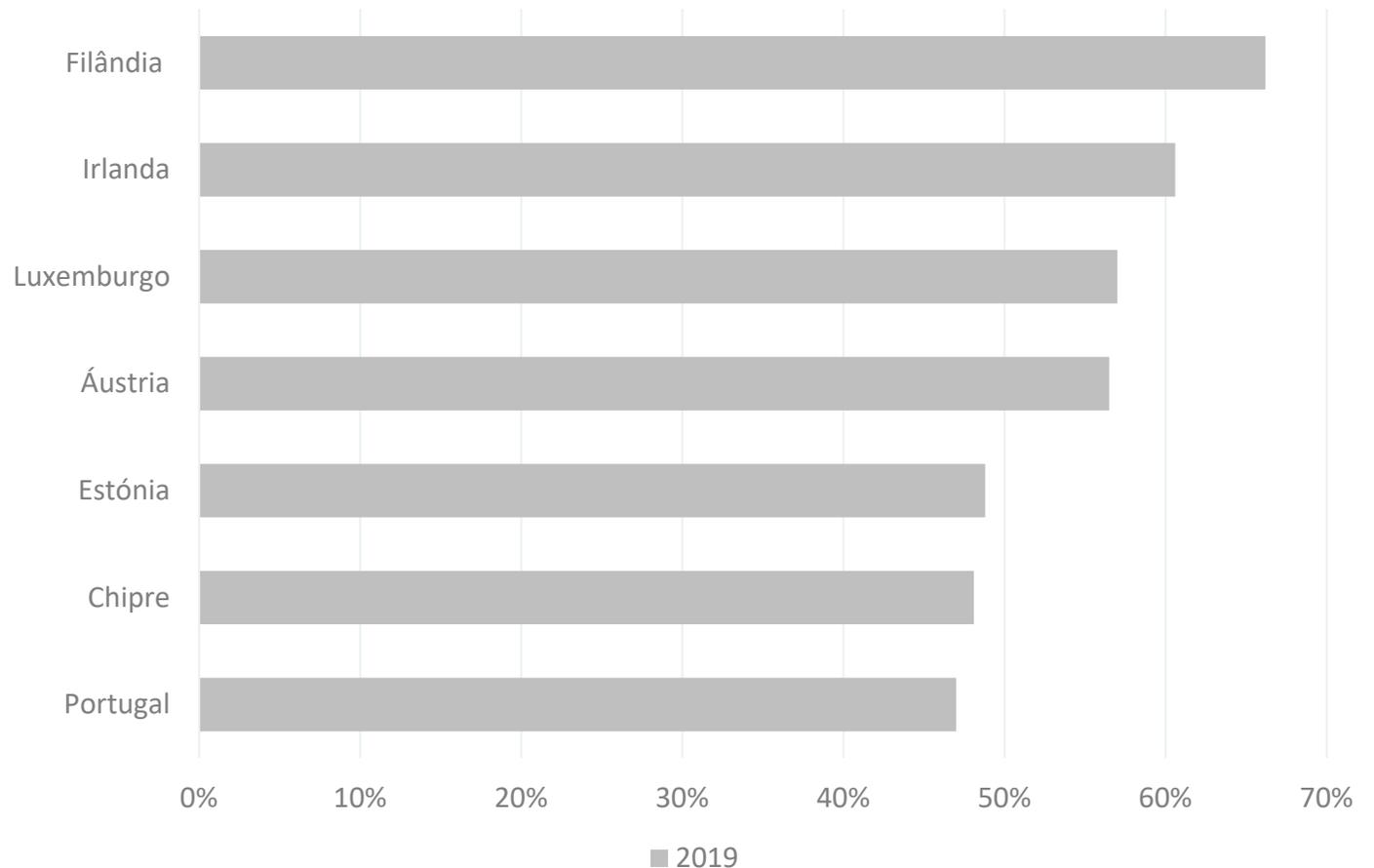
Gestão Orçamental e Financeira

Execução do QFP 2014-2020 nos FEEI

Observações

No final de 2019, a taxa de absorção dos FEEI era de 40% (inferior ao QFP anterior, no final de 2012)

Portugal é o sétimo EM com nível de execução mais elevado no final de 2019 (com 47%)



Gestão Orçamental e Financeira

Exposição a riscos financeiros – Garantias



Riscos Associados

O orçamento da UE continua exposto a riscos financeiros associados a dois tipos de operações financeiras: a parte diretamente coberta pelo orçamento da União, e a parte coberta por um fundo de garantia da UE.

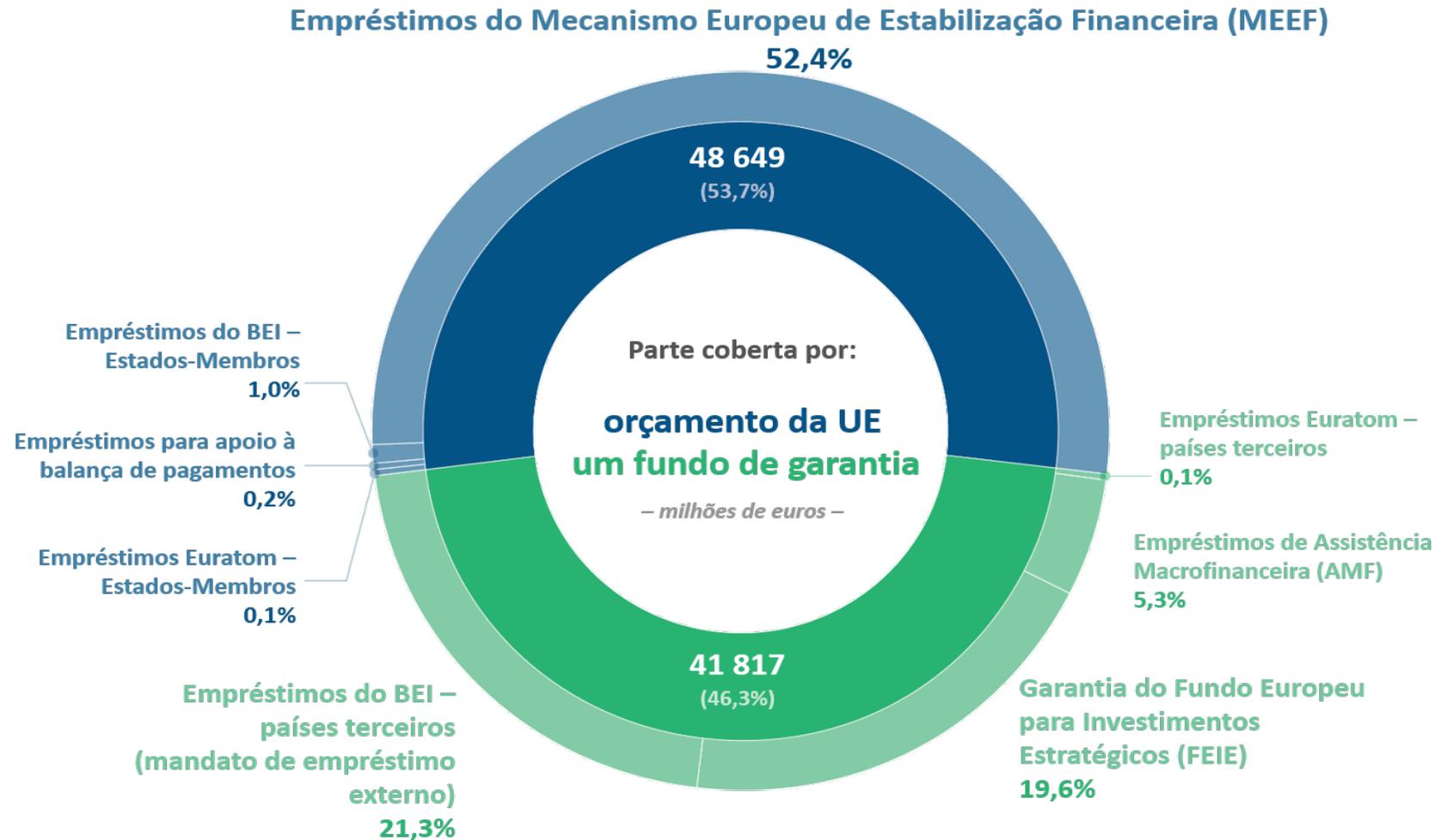
No final de 2019, o montante de risco total aumentou tendo atingido 90,5 mil milhões de euros.

Recomendação

O Tribunal recomenda que a Comissão deve assegurar um acompanhamento atualizado da exposição do orçamento da UE a garantias conexas (incluindo a garantia do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos - FEIE).

Gestão Orçamental e Financeira

Exposição a riscos financeiros - Garantias



Gestão Orçamental e Financeira

Exposição a riscos financeiros – Garantias

Parte coberta diretamente pelo orçamento UE

- empréstimos ao abrigo do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF), que concede apoio a qualquer Estado-Membro da área do euro em caso de grave perturbação económica ou financeira;
- o empréstimos para apoio à balança de pagamentos (BP) a Estados-Membros não pertencentes à zona euro que enfrentam dificuldades a nível da balança de pagamentos;
- os empréstimos Euratom concedidos aos Estados-Membros

Gestão Orçamental e Financeira

Exposição a riscos financeiros – Garantias

Parte coberta por um fundo de garantia da UE

- empréstimos de assistência macrofinanceira (AMF) a países terceiros (Fundo de Garantia relativo às Ações Externas);
- empréstimos Euratom a países terceiros cobertos por garantias recebidas de terceiros e pelo Fundo de Garantia relativo às Ações Externas;
- operações nos Estados-Membros abrangidas pela garantia do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) (gerida pelo Grupo BEI);
- operações em países terceiros cobertas pela garantia do mandato de empréstimo externo (gerida pelo BEI);
- operações do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS) cobertas pela Garantia FEDS (apoio países terceiros).

Declaração de fiabilidade – DF 2019

| Opinião favorável sobre a fiabilidade das contas

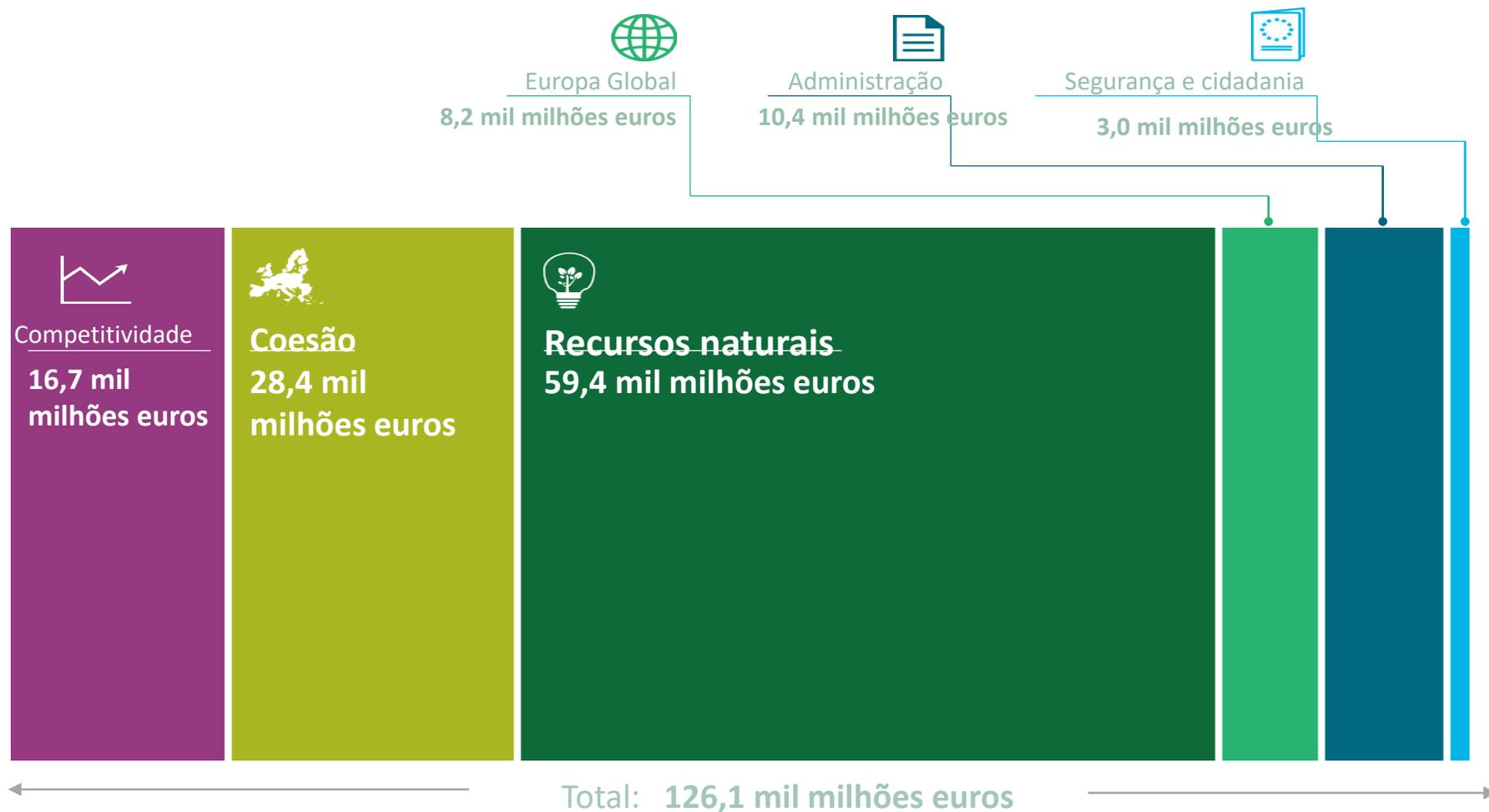
| As receitas foram legais e regulares

| Opinião adversa sobre os pagamentos:

- *o nível de erro estimado para os pagamentos no seu conjunto atingiu 2,7% em 2019 (2,6% em 2018; 2,4% em 2017),*
- *os pagamentos de risco elevado alcançaram um nível de erro de 4,9% (sendo de 4,4% em 2028), e*
- *representaram a maioria (53,1%) da população auditada pelo Tribunal (erros generalizados).*

Declaração de fiabilidade – DF 2019

População Auditada



DF 2019 - Metodologia de auditoria no âmbito da regularidade das operações (1)

Avaliação da eficácia dos sistemas de gestão e controlo para garantir a regularidade das operações.

Análise dos controlos de regularidade já realizados por terceiros (ex. autoridades nacionais de auditoria).

Amostras estatísticas de operações como base de testes aprofundados pelos auditores, efetuados no local designadamente junto dos destinatários finais (ex. agricultores).



DF 2019 - Metodologia de auditoria no âmbito da regularidade das operações (2)

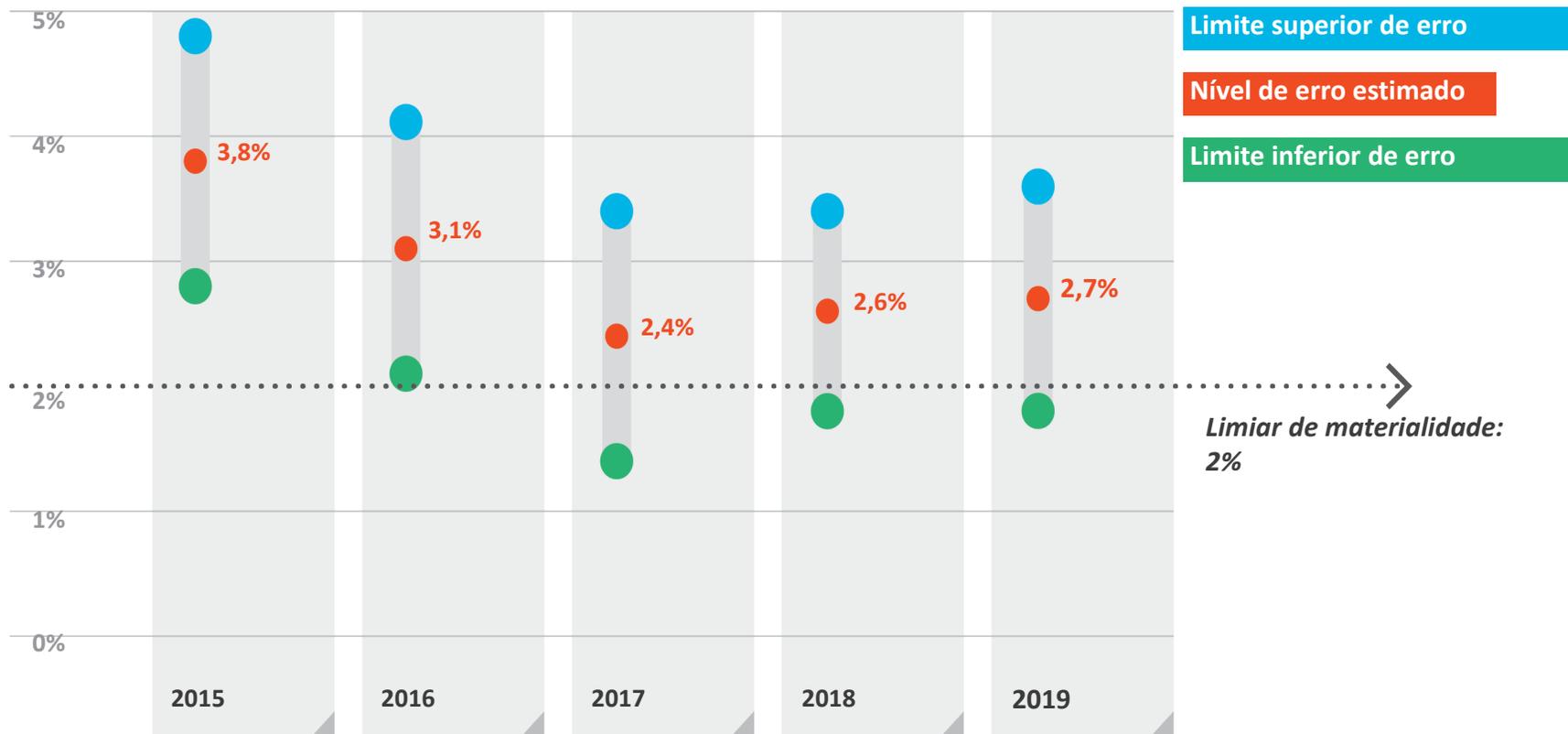
Análise dos erros e sua classificação como quantificáveis ou não quantificáveis.

Extrapolação dos erros quantificáveis permite obter um nível de erro estimado para cada domínio.

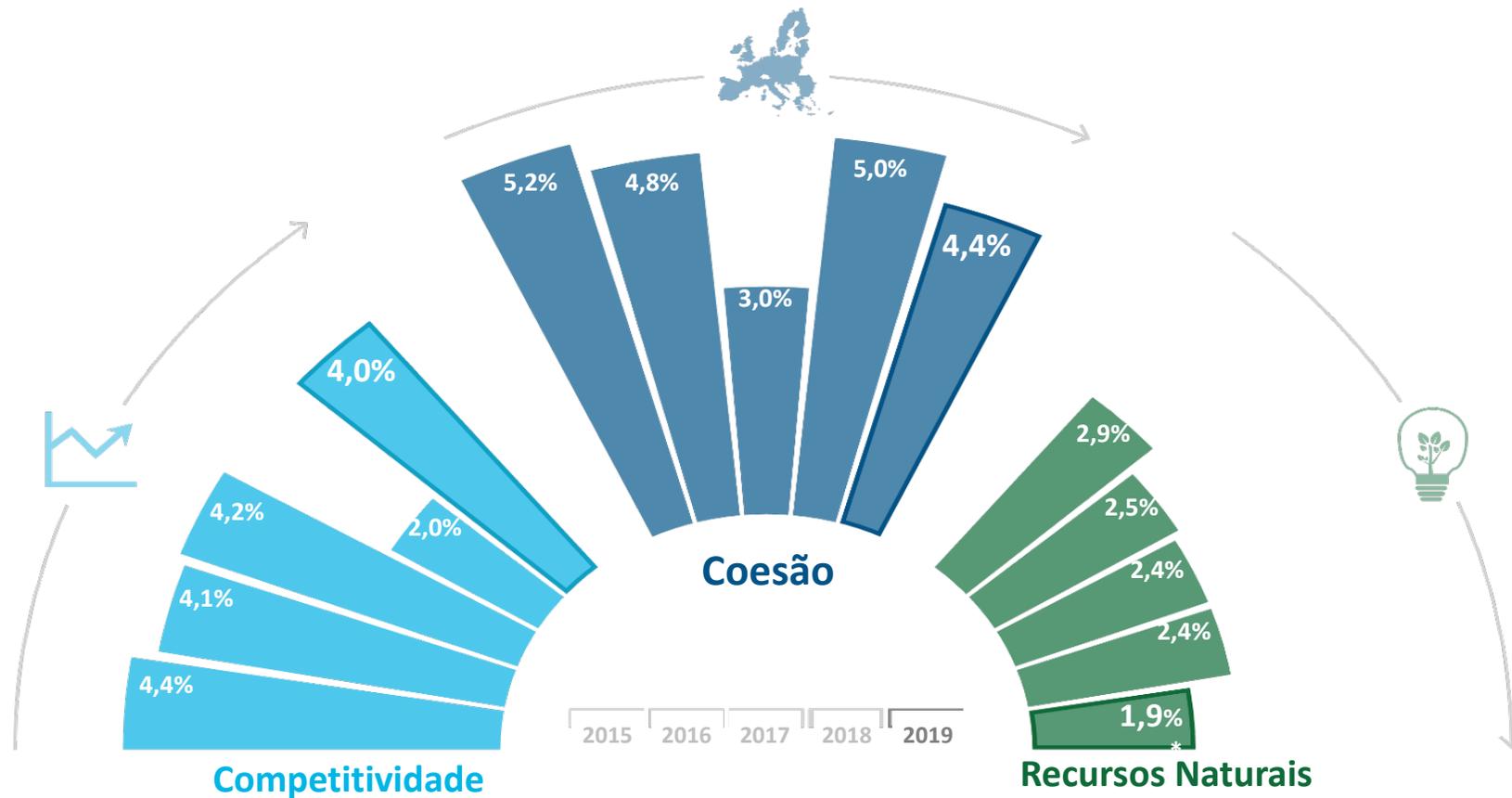
Aplicação de um nível de 2% como limiar de materialidade.

Definição de um nível de erro significativo/material nas operações auditadas como sendo “**generalizado**”, o que sucede se **afetar uma percentagem substancial da população auditada.**

DF 2019 - Nível de erro estimado para o orçamento da UE no seu conjunto (2015-2019)



Nível de erro estimado pelo Tribunal em certos domínios de despesas da UE (2015-2019)



* Em 2019, o Tribunal considera que o nível de erro relativo aos "Recursos Naturais" está próximo do limiar de materialidade.

Tipos de despesas com diferentes padrões de risco

Risco Reduzido

Pagamentos baseados em direitos, que dependem do cumprimento de determinadas condições (menos complexas) por parte dos beneficiários (ex. ajudas diretas aos agricultores nos “Recursos Naturais”).

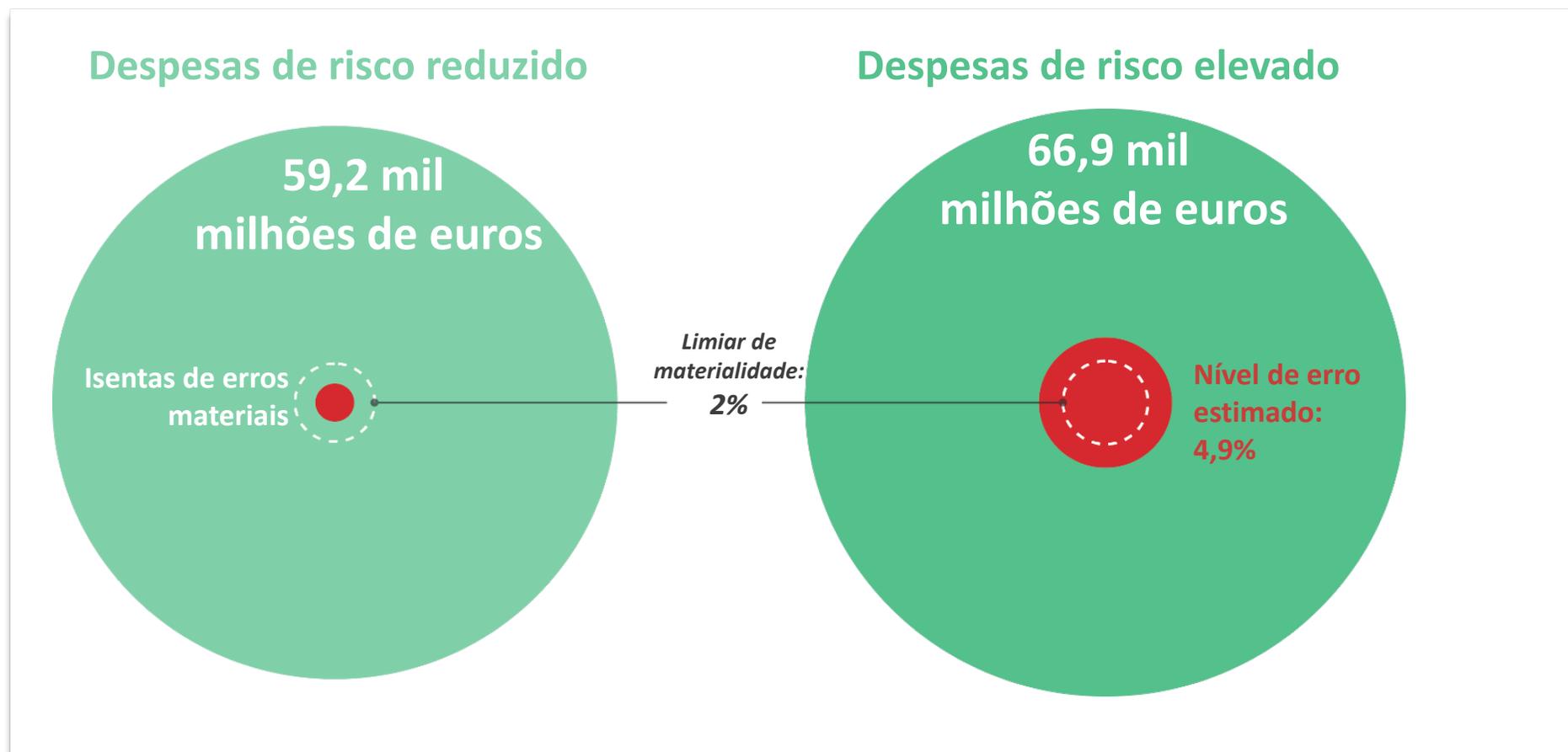
O nível de erro estimado foi inferior a 2% e representaram 47% da população auditada.

Risco Elevado

Reembolsos de custos, em que a UE reembolsa custos elegíveis para atividades elegíveis, que envolvem regras mais complexas (ex. projetos de investimento no domínio da “Coesão”).

O nível de erro atingiu em 4,9% e representaram 53% da população auditada.

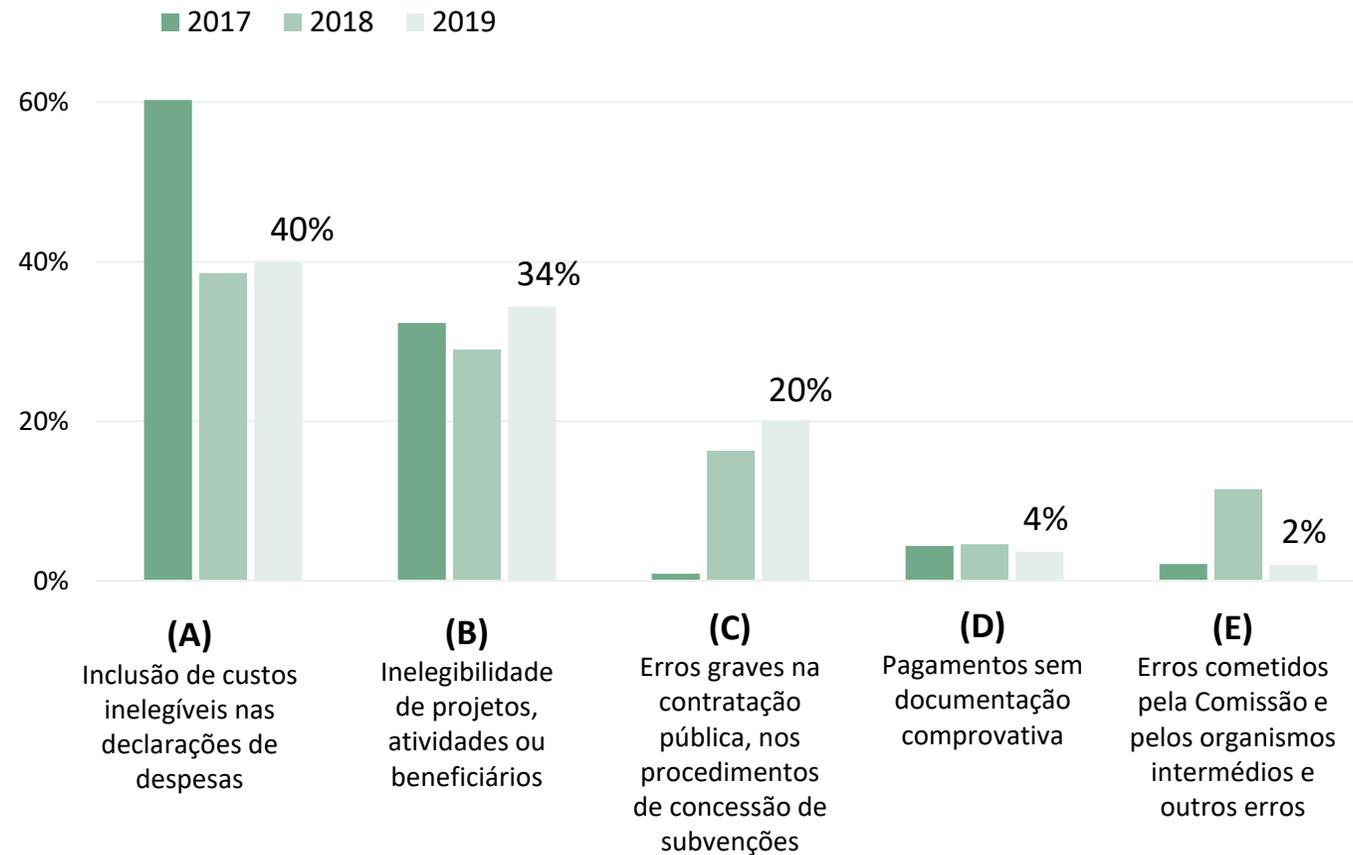
DF 2019 – Taxas de erro refletem diferentes padrões de risco



Contribuição, por tipo de erro, para o nível de erro estimado em 2019 nas despesas de risco elevado

Nível de erro estimado para as despesas de risco elevado

- 2019 - 4,9%
- 2018 - 4,5%
- 2017 - 3,7%



Principais conclusões

✓ O orçamento da UE continua a enfrentar uma pressão significativa resultante sobretudo do crescimento de passivos sob a forma de garantias, e da acumulação anormal de pedidos de pagamento por liquidar.

✓ União enfrenta importantes desafios decorrentes devido a dois fatores:

1. Crise provocada pela pandemia de COVID-19 que implicou uma nova abordagem e dimensão do apoio financeiro da União: QFP 2021-2027 e a Iniciativa Next Generation EU
2. Saída do Reino Unido (Acordo Brexit)

✓ Nestes tempos difíceis impõe-se uma **gestão boa e eficaz das finanças públicas da UE**, e uma maior responsabilidade da Comissão e dos Estados-Membros



O

!

Obrigado